

TRIBUNA DA CIDADE



Triste saldo da Micarecandanga

PAULO CASTELO BRANCO

Para alívio dos pais acabou a festa no caldeirão do diabo. Este alívio deve ser também das autoridades públicas, principalmente da Secretaria de Segurança que, assustada com a violência do primeiro dia, reforçou o número de policiais nas proximidades do evento e conseguiu limitar os assassinatos aos três infelizmente já contabilizados.

É triste o resultado frio da violência; inclusive, a demonstrada nas manchetes dos jornais e na transmissão da televisão. A falta de repressão ao uso de lança perfume e bebidas alcoólicas além do abuso na utilização de força por seguranças privadas e policiais. Inclusive com a morte de um jovem baleado por um policial civil, bem demonstram que o *apartheid* social efetivado pelas cordas é repudiado e aguça as diferenças já gritantes entre os nossos jovens, deixando evidente que a festa está longe de ser popular e democrática.

A festa é majestosa e pode ser equiparada aos grandes eventos carnavalescos; no entanto, está faltando uma melhor atenção não somente de nós, os pais e responsáveis por nossos filhos, como também do Juizado de Menores, que poderia fiscalizar os limites de idade na área controlada e explorada comercialmente pelos organizadores, sem descuidar, evidentemente, dos menores que participam indiscriminadamente na chamada "pipoca".

O que assistimos, além da festa, foi a exposição de crianças em poses eróticas em completo desacordo com as intenções do Governo Federal que luta internacionalmente contra os promotores da exploração sexual de crianças. A naturalidade com que as câmeras desnudam os corpos adolescentes é de deixar ruborizadas as meninas do cabaret da Zenilda, na novela da Globo, merecendo a mão da Justiça, no sentido de impedir o abuso, uma vez que as jovens, de certa forma, estão suficientemente vestidas para uma festa pagã.



"O que assistimos, além da festa, foi a exposição de crianças em poses eróticas, em completo desacordo com a luta contra a exploração sexual"

A intensa e eficiente publicidade da Micarecandanga incita os jovens a quase exigir dos pais a parcela mensal de meio salário mínimo para a compra da mortalha que, para os três mortos, teve a trágica e real utilidade. A cobrança é insuportável para todos; pois, afinal, não há um jovem da classe média que não possua o seu carnê de pagamentos em dia comprovando o seu direito a uma vestimenta, um calção e, para todos e de qualquer idade, uma camisinha, indicando o sexo seguro, mesmo que ainda desconhecido. Sobre esse assunto, disse uma mãe ao ver sua filha abrindo a embalagem das roupas e encontrando o preservativo masculino. "Não sei pra que, se você não é menino..."

Estas questões são importantes e devem ser tratadas durante todo ano para que não fiquemos surpresos em maio de 1998 quando nossos filhos voltarem com a mesma conversa de que a festa é boa e todo mundo vai. É verdade. Todos irão. Mas alguns não voltarão se não exigirmos segurança, iluminação e a real participação do GDF nos lucros do empreendimento, através da cobrança dos impostos que lhes são devidos.

Não queremos proibição das festas ou manifestações populares, mas, da forma como vem sendo aceita, a Micarecandanga poderá ser repudiada pela sociedade o que já vem sendo feito gradativamente. Primeiro pelo Congresso Nacional, que não aceitou a permanência no seu espaço; posteriormente, a Igreja, que a mandou para os quintos do inferno e, agora, constatada a violência, não será difícil que no próximo ano o local adequado seja algum retorno da rodovia BR-020, no caminho seguro da volta dos trios elétricos aos seus locais de origem, onde não somente fazem sucesso, como também, pelo mar, estarão próximo de Miami e do money, que apesar de não terem compreendido bem a manifestação musical, poderão, quem sabe, com o espírito de receber a todos de coração aberto, dar garantia a este poderoso som tipo exportação.

No fundo, sobrou mesmo o apelo da Daniela Mercury pela gratuidade do registro de nascimentos a todos os brasileiros. Pelo menos ficaremos sabendo quantos somos, antes da micarê.

■ Paulo Castelo Branco é presidente do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-DF

■ A coluna Tribuna da Cidade sai às segundas, quartas e sextas-feiras e está aberta a todos os segmentos da sociedade.